

# **Relatório de Análise de Mídia**

## ***Clipping Senado Federal e Congresso Nacional***

Noticiário de abril de 2013

Brasília, Maio de 2013



## Conteúdo

Análise de Notícias.....	3
1. Congresso, Câmara e Senado .....	7
2. Eleições 2014 .....	9
3. Impostos e inflação .....	11
4. Mensalão .....	12
Realização.....	13

## Análise de Notícias

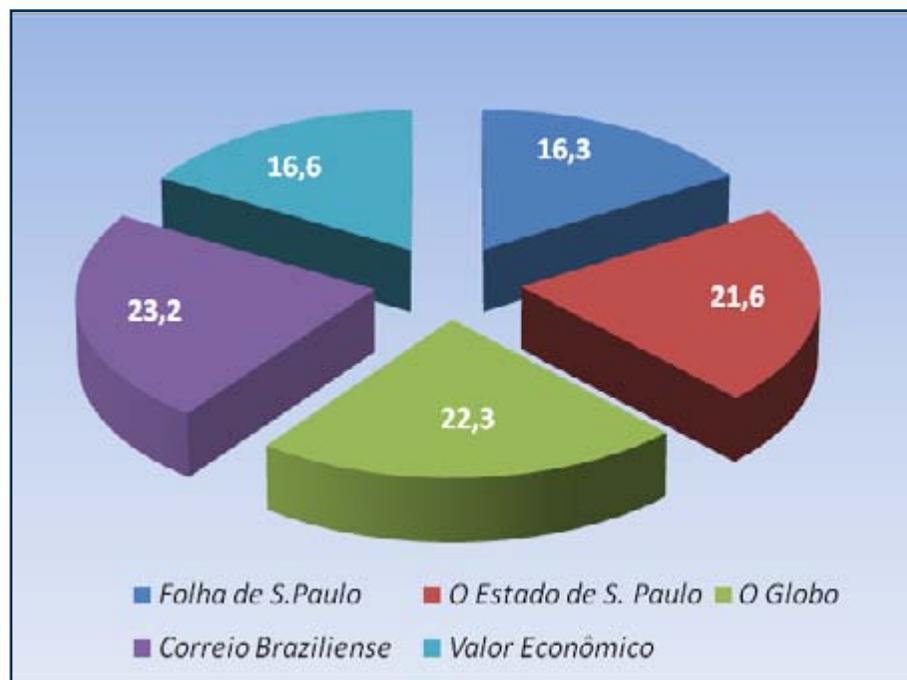
Em abril, as notícias políticas de maior repercussão foram sobre legislação eleitoral, os poderes do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público e do Congresso, além da criação de novos tribunais regionais federais.

Na última semana do mês, a remuneração de sete garçons do Senado, que recebem até R\$ 14,6 mil, foi assunto na mídia impressa, em colunas, portais e blogs. As respostas do presidente Renan Calheiros e da assessoria de imprensa do Senado foram reproduzidas, gerando repercussão, mas o noticiário negativo continuou.

O mensalão, que entra na última fase com os recursos dos réus, ainda tem espaço nas mídias. Na economia, os temas mais noticiados foram as discussões sobre as novas regras para o ICMS, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e aumentos dos combustíveis.

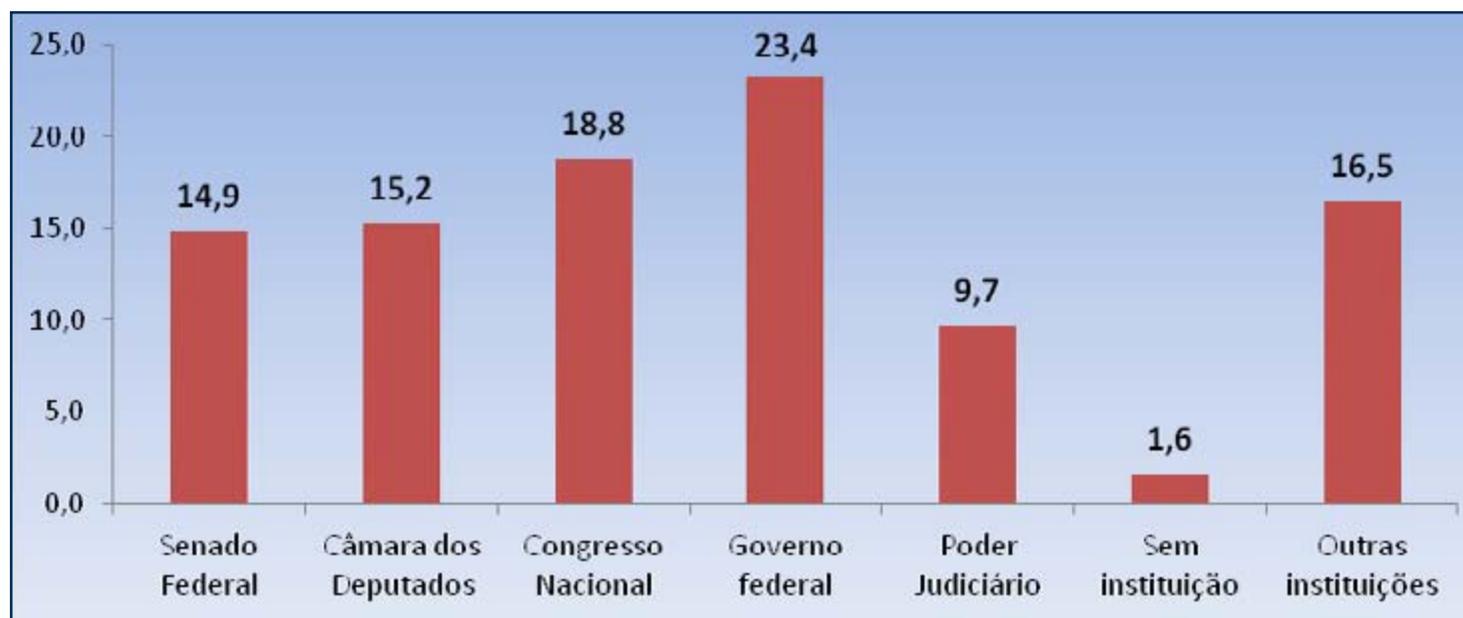
## Participação das notícias políticas nos jornais pesquisados

O *Correio Braziliense* foi o jornal com maior participação de noticiário pesquisado (23,2%), praticamente em empate técnico com *O Globo* (22,3%) e *O Estado de S. Paulo* (21,6%). O *Valor Econômico* (16,6%) e a *Folha de S. Paulo* (16,3%) ficaram igualmente empatados em 3º lugar.



## Instituições das notícias

Como de costume, o governo federal tem sido a principal instituição dos noticiários, com 23,4%. O Congresso Nacional ficou com 18,8%, a Câmara dos Deputados com 15,2% e o Senado Federal com 14,9%. O Poder Judiciário ocupou um percentual de 9,7%, principalmente devido ao fato de várias questões políticas estarem sendo discutidas nos tribunais.

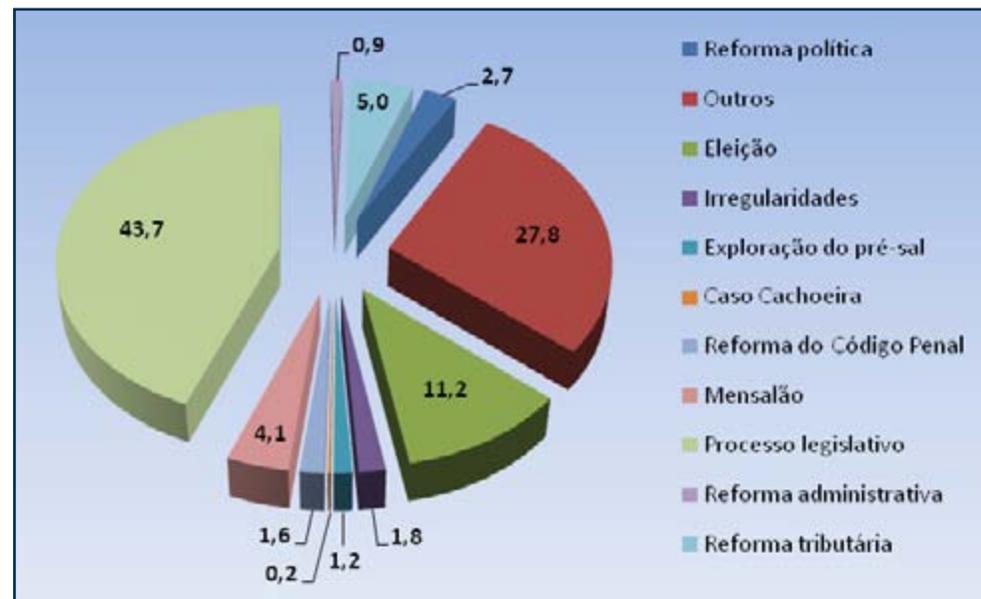


## Tema principal da notícia

O que chamamos de processo legislativo, que é a votação, a discussão e a apresentação das diferentes proposições dentro do Congresso Nacional, foi o grande tema dos assuntos pesquisados, com 43,7% do noticiário, marcado pela efervescência de discussões e votações em abril.

É importante mencionar que o tema “Eleição” já está com 11,2% do noticiário, mesmo que estejamos ainda no primeiro semestre de 2013, portanto, a mais de um ano das eleições de 2014. Os temas econômicos, como a reforma tributária, ficaram com 5% e o mensalão ficou com 4,1%.

Os chamados “Outros”, que apresentaram 27,8%, são todos os assuntos que não estão agrupados nas nove categorias em que são classificados os temas principais. Envolvem desde notícias sobre o incêndio da boate Kiss a obras dos estádios da Copa do Mundo.



## 1. Congresso, Câmara e Senado

Temas da relação entre o Legislativo e o Judiciário adentraram profundamente a pauta da Câmara e do Senado no mês de abril. Podemos destacar a PEC 37/2012, que retira o poder de investigação do Ministério Público; a PEC 33/2011, que limita o poder decisório do STF; o PLC 14/2013 que reforma a legislação eleitoral, impedindo que os parlamentares levem consigo o tempo do partido na TV e na rádio e o Fundo Partidário para os novos partidos que forem criados, e a PEC 544/2002, que criou mais quatro TRFs em quatro estados da Federação.

A PEC 37/2012 foi tema de várias manifestações contrárias por representantes do Ministério Público, que protestam contra a perda do poder de investigação criminal. O MP afirma que somente três países no mundo impedem o MP de investigar atos criminosos (Quênia, Uganda e Indonésia) e que países signatários da Convenção de Mérida contra a corrupção mantêm Ministérios Públicos com poderes de investigação criminal plenos.

No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o PLC 132/2012, que amplia a autonomia dos delegados de polícia. A sessão polarizou-se entre a posição do relator, senador Humberto Costa (PT-PE), à favor da aprovação e do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que pedia mais discussões, dada a possibilidade de perda do controle externo pelo Ministério Público.



À esquerda, mapa do Brasil com a localização dos novos quatro tribunais regionais federais criados pela PEC 544/2002. À direita, foto dos deputados José Genoíno e João Paulo Cunha em reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara. A participação de parlamentares condenados pelo STF no processo do mensalão tem gerado críticas em artigos e noticiários nos grandes jornais nacionais.

Fotos: ONG Contas Abertas e Câmara dos Deputados  
Zeca Ribeiro/Agência Câmara

Por sua vez, a PEC 33/2011, que limita poderes do STF, foi aprovada por voto simbólico na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, com a participação dos deputados José Genoíno (PT-SP) e João Paulo Cunha (PT-SP), ambos declarados culpados pelo STF no processo do mensalão. O líder do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP) pediu uma liminar ao STF para suspender o trâmite da matéria. O ministro Dias Toffoli, que recebeu o pedido, concedeu prazo de 72 horas para a Câmara dos Deputados se explicar sobre possíveis inconstitucionalidades.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara, deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), continua alvo de grupos de defesa de minorias e tem realizado sessões a portas fechadas para evitar manifestações contrárias. Em paralelo, as discussões sobre a regulamentação da PEC das Domésticas estão centralizadas principalmente na questão do percentual do valor da multa sobre saldo do FGTS. Se for seguir a legislação vigente, toda demissão sem justa causa acarreta multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS.

Além disso, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou o projeto de lei que autoriza a desaposentadoria e a Câmara dos Deputados, o projeto que reduz em até dez anos o período de contribuição para pessoas com deficiência. Também a criação de quase 7 mil cargos federais a serem preenchidos por concursos públicos foi aprovada pela CCJ do Senado.

Índios de 73 etnias invadiram o Plenário da Câmara dos Deputados, em protesto contra a PEC 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo o poder de demarcar as terras indígenas. Os índios declararam aos jornais Folha de S.Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo que a força da bancada ruralista é grande no Congresso Nacional e que suas terras serão tomadas.





## 2. Eleições 2014

A votação do pedido de urgência para o PLC 14/2013 pelo Plenário do Senado Federal foi um dos pontos maiores do embate político no mês de abril. A questão não se encerrou na obstrução de parte da oposição e na rejeição da urgência. A discussão se judicializou com a concessão do mandado de segurança pelo ministro Gilmar Mendes (foto), a pedido do senador Rodrigo Rollemberg, que suspendeu a discussão do projeto até decisão do plenário do STF sobre a constitucionalidade.

A questão das eleições já está na pauta ordinária do Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados aprovou o PL 4.470/2012, que modifica a distribuição de tempo nos horários eleitorais, assim como a distribuição dos recursos do Fundo Partidário. Na proposta aprovada pela Câmara, novos partidos não poderão incorporar os recursos e o tempo de propaganda proporcionais aos parlamentares que se incorporarem às novas legendas.

No Senado, a proposta tornou-se o PLC 14/2013 e passou por uma votação de pedido de urgência que foi prejudicada por falta de quórum. A oposição declarou-se em obstrução e negou o quórum necessário. Em paralelo, o PSB conseguiu uma liminar no STF, parando o trâmite da matéria até ter a constitucionalidade julgada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, entrou com recurso solicitando a revisão da decisão e aguarda-se o desenrolar dos acontecimentos. Na segunda-feira da semana seguinte, Renan e o presidente da Câmara, Henrique Alves, encontraram-se com o ministro Gilmar Mendes, visando melhorar as relações entre o Legislativo e o Judiciário.

Em paralelo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decide pela modificação do número de deputados federais de 13 estados.

Seis estados perderam um deputado, dois estados perderam dois deputados, dois estados ganharam um deputado, dois estados ganharam dois deputados e um estado ganhou quatro deputados. A conta se deu sobre o número fixo de 513 deputados federais, que não pode ser alterado. A regra passará a valer para as eleições de 2014.

Perdem deputados	Ganham deputados
Alagoas: -1	Amazonas: +1
Espírito Santo: -1	Santa Catarina: +1
Pernambuco: -1	Ceará: +2
Paraná: -1	Minas Gerais: +2
Rio de Janeiro: -1	Pará: +4
Rio Grande do Sul: -1	
Paraíba: -2	
Piauí: -2	

Fonte: Arte G1 sobre tabela do TSE

### 3. Impostos e inflação

O Senado aprovou as regras para o Fundo de Participação dos Estados (PLS 192/2011). O texto foi deliberado com liberdade às bancadas partidárias, dada a grande diferença de entendimentos e interesses envolvidos. Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que há inconstitucionalidades no texto aprovado e novamente a questão poderá terminar no STF.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), as propostas de unificação do ICMS e de igualdade tarifárias entre os estados dependem de acordos entre as bancadas dos estados mais industrializados (Sul e Sudeste) e os menos industrializados (Nordeste e Norte), especialmente por conta da questão da Zona Franca de Manaus. O parecer principal, de Delcídio do Amaral, foi aprovado, mas a votação das emendas ficou para o início de maio, a pedido de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Os preços agrícolas começaram a reduzir sua aceleração, segundo o Valor Econômico. Entretanto, os efeitos dos aumentos dos preços dos combustíveis e a logística de transportes baseada no modal rodoviário (carros, ônibus e caminhões) estão causando um contínuo aumento dos preços dos serviços. Os jornais paulistas lembram que dentro de alguns dias ocorrerão os aumentos dos preços das passagens dos ônibus, com efeitos em cascata sobre toda a cadeia econômica.



Na sessão de 24 de abril, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o parecer do senador Delcídio do Amaral (foto à esquerda, com o presidente de CAE, senador Lindbergh Farias) que trata da unificação do ICMS e do futuro regime de impostos interestaduais. Em São Paulo, o prefeito, Fernando Haddad (foto à direita), anuncia o aumento das tarifas de ônibus para junho.



Fotos: Geraldo Magela/Agência Senado e Prefeitura de São Paulo

## 4. Mensalão

Com a publicação do acórdão da Ação Penal 470, o mensalão retorna ao noticiário após um período de hibernação. Com o prazo aberto para os recursos dos 25 condenados, os advogados dos réus buscam alguma forma de reduzir ou mesmo reverter as condenações impostas.

O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, declarou que, por sua vontade, colocará em votação todos os recursos ainda no primeiro semestre de 2013. Entretanto, jornais como *O Globo*, *a Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* têm publicado notícias, atribuídas a alguns dos advogados dos réus, de que a fase de recursos só terminaria no segundo semestre de 2013.

Na Câmara dos Deputados, a presença dos deputados José Genoíno (PT-SP) e João Paulo Cunha (PT-SP), participando e votando na CCJC da Câmara, foi motivo de críticas do procurador geral da República, Roberto Gurgel. Os dois deputados votaram tanto na aprovação pela CCJC da PEC 33/2011, que limita as decisões do STF, quanto da PEC 37/2012, que retira do Ministério Público a possibilidade de realizar investigações criminais.



Foto: Carlos Humberto/STF

**Com a entrada dos recursos dos réus condenados no mensalão, o Supremo Tribunal Federal ocupa espaço na mídia**

## Realização

### **Secretaria de Transparência**

Diretor: Carlos Mathias Fernando de Sousa

Diretor-Adjunto: Thiago Cortez Costa

Assessora: Elga Mara Teixeira Lopes

### **Subsecretaria de Pesquisa e Opinião**

Diretor: Gilvan Sérgio de Andrade

### **Serviço de Análise da Mídia**

Editor: Carlos Penna Brescianini

Equipe de análise: Heloyse Fragozo, Luana Germano e Marlene Cunha Lima.

Programação visual: Liu Lopes

### **Serviço de Clipping**

Chefe: Circe Cunha de Andrade

Equipe de Clipping: Alessandra Lourenço da Silva, Ernesto José de Souza Goés, Herivelto Pinto Lopes, Maria do Socorro Jardim Vieira, Maria do Socorro Ferreira Silva, Lucineide Souza Vidal e Priscila Matheus Lins Ferreira.

### **Secretaria Especial de Comunicação Social**

Diretor: Davi Emerich

Revisão: Juliana Rebelo e Pedro Pincer